

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

115 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 14 a 18/03/2022

1. COMISSÕES PA	ARLAMENTARES DO PARLAMENTO EUROPEU	1
	AFET e SEDE - Ucrânia	1
	ECON - Criptomoedas	1
	LIBE - Europol	2
	EMPL e FEMM - Igualdade salarial	2
	AFCO - Partidos políticos	2
2. EUROMED - C	OOPERAÇÃO ENERGÉTICA	2
3. COOPERAÇÃO	O INTERPARLAMENTAR AUTONOMIA ESTRATÉGICA ECONÓMICA	2
4. CONFERÊNCI	IA SOBRE O FUTURO DA EUROPA EVENTO NACIONAL	3
5. BÚSSOLA EST	RATÉGICA	3
6. MECANISMO	DE AJUSTAMENTO CARBÓNICO FRONTEIRIÇO	4
7. COMISSÃO EU	UROPEIA UNIÃO MERCADOS CAPITAIS - REGRAS SIMPLIFICADAS	4
8. REUNIÕES DO	O CONSELHO DA UE	5
	Eurogrupo	5
	Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores)	5
	Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)	5
	Videoconferência informal dos ministros da Saúde	6
	Videoconferência informal dos ministros da Educação	6
	Conselho (Ambiente)	6
9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA		6
	Parlamento Europeu	6
	Comissão Europeia	7
	Conselho da União Europeia	7



1. COMISSÕES PARLAMENTARES DO PARLAMENTO EUROPEU

Esta semana foi dedicada à atividade das Comissões do Parlamento Europeu (PE).

AFET e SEDE - Ucrânia

A Comissão de Assuntos Externos do PE, juntamente com a Subcomissão para a Segurança e Defesa, debateu com o Ministro ucraniano da Defesa, Oleksii Reznikov, a situação neste país após a agressão militar da Federação russa.

Reznikov considerou que a UE deveria atingir a Rússia com sanções destrutivas que paralisassem a sua economia e a obrigassem a parar a agressão, dando nota de que a Ucrânia está pronta a utilizar muito rapidamente toda a ajuda financeira da UE. Exortou, ainda, os países da UE a fornecerem à Ucrânia armas letais, sem as restrições da burocracia, tendo solicitado o estabelecimento de uma zona de interdição do espaço aéreo, questionando: "Que nível mais elevado de escalada é necessário para ver mais ação?"

A gravação em vídeo do debate está disponível aqui.

ECON - Criptomoedas

A Comissão para os Assuntos Económicos e Monetários aprovou a sua posição negocial sobre a proposta de regulamento relativa aos mercados de criptoativos (detalhe do dossiê <u>aqui</u> e sumário <u>aqui</u>).

Os créditos criptográficos, incluindo as moedas criptográficas, não são emitidos nem garantidos por um banco central ou por uma autoridade pública, estando atualmente fora do âmbito de aplicação da legislação da UE. Tal cria riscos para a proteção do consumidor e estabilidade financeira, e pode levar à manipulação do mercado e ao crime financeiro.

Neste relatório (disponível <u>aqui</u>), os Deputados acordaram em disposições para aqueles que emitem e negoceiam "crypto-assets" (incluindo fichas de referência de ativos e fichas de dinheiro electrónico), em termos de transparência, divulgação, autorização e supervisão das transacções.

Para reduzir a elevada pegada de carbono das moedas criptográficas, particularmente dos mecanismos utilizados para validar as transacções, os deputados europeus solicitam à Comissão que apresente aos uma proposta legislativa para incluir na taxonomia da UE para actividades sustentáveis quaisquer actividades de mineração criptográfica que contribuam substancialmente para as alterações climáticas, até 1 de janeiro de 2025.

Os deputados solicitam ainda que a Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA) supervisione a emissão de fichas de referência de ativos, enquanto que a Autoridade Bancária Europeia (EBA) será responsável pela supervisão das fichas de dinheiro electrónico.

O Banco de Portugal tem uma secção dedicada a esta temática, onde são detalhados alguns dos conceitos operacionais, disponível aqui.

1



LIBE - Europol

A Comissão para as Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos confirmou os resultados das negociações interinstitucionais para a revisão do regulamento da Europol com o Conselho da UE. O destaque está disponível <u>aqui</u> e o ponto de situação do acordo <u>aqui</u>.

EMPL e FEMM - Igualdade salarial

A Comissão para o Emprego e Assuntos Sociais e a Comissão para os Direitos da Mulher aprovaram a sua posição relativa à proposta de diretiva que reforça a aplicação do princípio da igualdade de remuneração por trabalho igual ou de valor igual entre homens e mulheres mediante a transparência salarial e mecanismos de fiscalização do cumprimento (detalhe do dossiê <u>aqui</u>).

Os principais elementos da proposta do PE estão disponíveis <u>aqui</u>, bem como um estudo aprofundado sobre esta matéria feito pelo *think tank* do PE, <u>aqui</u>.

AFCO - Partidos políticos

A Comissão de Assuntos Constitucionais promoveu um debate sobre as novas regras propostas para o estatuto e financiamento dos partidos políticos europeus, com base num estudo (disponível <u>aqui</u>) que analisa a proposta inicial da Comissão Europeia (<u>aqui</u>) e o relatório de avaliação do PE sobre as atuais regras (<u>aqui</u>). O debate pode ser consultado <u>aqui</u>.

2. EUROMED - COOPERAÇÃO ENERGÉTICA

Os Primeiros-Ministros de Itália, Espanha, Portugal e República Helénica reuniram-se em Roma, nesta sexta-feira para, segundo relatos, definir conjuntamente objetivos-chave para que a UE tome medidas urgentes em termos de política energética. O governo italiano apresentou um plano baseado em três elementos: a fixação de um preço máximo para o gás, a implementação de um sistema de armazenamento comum e a implementação de compras (de energia) a nível da UE. Recorde-se que a Itália importa 90% do seu abastecimento anual, e 45% do mesmo provém da Rússia.

As declarações à imprensa estão disponíveis <u>aqui</u> e estas propostas serão apresentadas no Conselho Europeu da próxima semana.

3. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR | AUTONOMIA ESTRATÉGICA ECONÓMICA

No âmbito da dimensão parlamentar da Presidência francesa, teve lugar nos dias 13 e 14 de março a Conferência Interparlamentar sobre a autonomia estratégica económica da União Europeia. A delegação da Assembleia da República foi constituída pelo Presidente da Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação, Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD), e pelo Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Paulo Moniz (PSD).

As sessões de debate foram dedicadas aos setores da indústria, energia e agricultura. O primeiro debate, dedicado à autonomia estratégica nas **indústrias do futuro**, contou com a presença do Comissário Europeu para o Mercado Interno, Thierry Breton, tendo o segundo debate sido dedicado à **autonomia estratégica na área da energia** e ao exemplo dos metais raros e a última sessão focada nos



desafios da **soberania alimentar europeia**. Durante os debates, os parlamentares focaram a importância da independência energética, industrial e alimentar da União Europeia, também à luz dos recentes acontecimentos na Ucrânia e o seu impacto nestes setores.

A Presidência desta conferência adotou conclusões sobre os três temas abordados e que se encontram disponíveis aqui.

4. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA | EVENTO NACIONAL¹

Teve lugar em Aveiro, no dia 17 de março, o evento nacional no âmbito da Conferência sobre o Futuro da Europa (CoFE) dedicado ao tema «Inovação e Empreendedorismo na Europa Digital», que foi organizado pelo governo, em colaboração com as entidades parceiras. O evento contou com a participação do Secretário de Estado para a Transição Digital, André de Aragão Azevedo, do Vice-Presidente do Conselho Económico e Social, Fernando Alexandre, e do Deputado à Assembleia da República, Paulo Moniz (PSD), tendo a moderação ficado a cargo da jornalista Daniela Ferreira Pinto. Na sessão de abertura, o Reitor da Universidade de Aveiro, Paulo Jorge Ferreira, sublinhou que um dos desafios do futuro da Europa era o envelhecimento da população, devendo a transição digital acompanhar a componente social. Referiu que Portugal, nesta matéria, estava no caminho certo, concluindo que as Universidades eram centrais na concretização deste percurso, nomeadamente, para não se perder os jovens talentos.

Os oradores focaram temas como a disponibilização de **fundos europeus** para *start-ups*, a necessidade de extrair o máximo das competências dos estudantes europeus, as dificuldades das empresas europeias em escalar para outros mercados, a questão de como solucionar os problemas da **cibersegurança** no espaço europeu, a importância de evitar a **infoexclusão** das populações mais idosas, capacitar as novas gerações para um futuro em constante evolução, a necessidade de investimento em *software* europeu e a preocupação em investir na formação digital.

O período de debate contou com a intervenção da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, jovens e sociedade civil em geral que colocaram questões sobre a oportunidade para Portugal em acolher **nómadas digitais**, equilibrar o seu acolhimento e evitar um aumento do custo de vida para as populações locais, como reter as empresas tecnológicas em Portugal, o benefício para a Europa no acolhimento de talentos que fugiram da Rússia, importância do alinhamento das academias com as *start-ups*, abertura linhas de financiamento para empresas digitais, os prós e contras da interligação europeia no contexto da cibersegurança, a necessidade de existir na Europa um "gigante" tecnológico e a transição digital aliada à coesão territorial.

O vídeo deste evento pode ser encontrado aqui.

5. BÚSSOLA ESTRATÉGICA

prevendo

Demos nota nas Sínteses n.º <u>101</u>, <u>106</u> e <u>114</u> dos desenvolvimentos relativos à Bússola Estratégica, prevendo-se que este documento possa ser adotado no Conselho Europeu de 24 e 25 de março.

Face à invasão da Ucrânia por parte da Rússia, o documento foi novamente revisto e com grande profundidade. O *think tank* do Conselho da UE apresenta agora uma <u>resenha detalhada</u> de artigos e análises sobre esta matéria, que contextualizam e evidenciam os principais desafios, que pode ser consultada <u>aqui</u>.

3

¹ Ponto elaborado por Gonçalo Sousa Pereira, Assessor da Comissão de Assuntos Europeus



Para complementar esta leitura, damos também nota da sistematização dos principais trabalhos de análise sobre a situação na Ucrânia, disponível <u>aqui</u>.

6. MECANISMO DE AJUSTAMENTO CARBÓNICO FRONTEIRIÇO

O <u>Conselho da UE</u> chegou esta semana a acordo (<u>orientação geral</u>) sobre o regulamento relativo ao Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço (MACF), um dos elementos-chave do pacote "Objetivo 55" da União Europeia (cfr. ponto 8).

A Comissão apresentou a sua <u>proposta de regulamento</u> em 14 de julho de 2021, tendo em vista a criação de um mecanismo para fazer face ao risco de fuga de carbono causado pelas políticas climáticas assimétricas de países terceiros (onde as políticas aplicadas para combater as alterações climáticas são menos ambiciosas do que as da UE). A aplicação do MACF permitirá evitar que os esforços de redução das emissões da União sejam anulados pelo aumento das emissões fora da União, através da relocalização da produção para países terceiros ou do aumento de importações de produtos com elevada intensidade de carbono.

O MACF centra-se nas importações de produtos com elevada intensidade de carbono, abrangendo os produtos dos seguintes setores: cimento, alumínio, adubos, produção de energia elétrica, ferro e aço.

Em comparação com a proposta inicial da Comissão, o Conselho:

- optou por uma maior centralização da governação do MACF, nos casos em que tal se justifica e contribui para uma maior eficiência;
- prevê igualmente um **limiar mínimo** que isenta as remessas de valor inferior a 150 euros das obrigações do MACF.

O Conselho ainda tem de alcançar progressos suficientes sobre várias questões relacionadas com o MACF, mas que não estão incluídas no projeto de texto jurídico do Regulamento MACF (e.g. eliminação progressiva da atribuição gratuita de licenças de emissão aos setores industriais abrangidos pelo MACF, estabelecidas pela Diretiva CELE, e às soluções adequadas para a questão da limitação das potenciais fugas de carbono relacionadas com as exportações).

Continuarão a ser seguidas duas outras questões:

- as **propostas da Comissão relativas aos recursos próprios** baseados, nomeadamente, nas receitas provenientes da venda de certificados MACF, que estão a ser analisadas com vista a uma deliberação até 1 de julho de 2022, em conformidade com o acordo interinstitucional de 16 de dezembro de 2020;
- uma **maior cooperação internacional com países terceiros** cuja importância o Conselho fez notar –, nomeadamente através da criação, em paralelo com o MACF, de um "clube climático" onde as políticas de fixação do preço do carbono possam ser debatidas e incentivadas.

7. COMISSÃO EUROPEIA | UNIÃO MERCADOS CAPITAIS - REGRAS SIMPLIFICADAS

A Comissão Europeia propôs esta semana <u>alterações ao Regulamento Centrais de Valores Mobiliários</u> por forma a reforçar a eficiência dos mercados de liquidação da UE, salvaguardando simultaneamente a estabilidade financeira, sendo esta proposta uma componente fundamental do <u>Plano de ação para a União dos Mercados de Capitais de 2020</u>.



As centrais de valores mobiliários operam a infraestrutura que permite a liquidação de valores mobiliários (tais como ações ou obrigações) nos mercados financeiros. A liquidação consiste na entrega de valores mobiliários a um comprador em troca da entrega de numerário a um vendedor. A <u>proposta apresentada introduz as seguintes melhorias no regulamento</u>:

- melhoria do **regime de passaporte** para as centrais de valores mobiliários (que lhes permite operar em toda a UE com uma única licença), simplificando-o;
- reforço da **cooperação entre as autoridades de supervisão**, por forma a aumentar a coerência e convergência da supervisão;
- melhoria dos **serviços bancários auxiliares**, ajustando as condições em que as centrais podem aceder a serviços bancários;
- melhoria da disciplina da liquidação;
- melhoria da supervisão das centrais de valores mobiliários de países terceiros.

A Comissão preparou uma seção de perguntas e respostas sobre o tema.

8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Eurogrupo

No seu formato regular, os ministros discutiram a <u>coordenação da política orçamental 2023</u>, tendo sido emitida uma <u>declaração</u> a este respeito. Foi ainda debatida a situação económica, tendo presente a situação na Ucrânia e os desenvolvimentos macroeconómicos que terão influência no planeamento orçamental para 2023. No seu formato inclusivo, a discussão centrou-se no ponto de situação da União Bancária e na preparação da Cimeira do Euro, que terá lugar nos dias 24 e 25 de março.

Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores)

Os ministros debateram a <u>situação na Ucrânia e as medidas de apoio financeiro para acolhimento dos refugiados</u> (tendo sido trocados pontos de vista sobre a iniciativa CARE), assim como adotaram uma orientação geral sobre o **projeto de diretiva relativa à melhoria do equilíbrio entre homens e mulheres nos conselhos de administração das empresas**, bem como discutiram o combate à discriminação no recrutamento e promoção da diversidade no mundo do trabalho, promoção da plena participação das pessoas mais velhas no mercado de trabalho e foi adotado o relatório conjunto sobre o emprego e aprovadas as <u>conclusões sobre a Análise Anual do Crescimento Sustentável para 2022 e o Relatório Conjunto sobre o Emprego</u>.

Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)

Foram debatidas as <u>consequências económicas e financeiras das sanções impostas à Rússia</u> e acordado o <u>Regulamento relativo ao Mecanismo de ajustamento carbónico fronteiriço</u>. Os ministros fizeram ainda progressos no sentido de alcançar um acordo sobre a diretiva que visa aplicar, a nível da UE, a componente da reforma fiscal internacional da OCDE relativa a um nível mínimo de tributação (tributação justa e eficaz para grupos multinacionais). Foram definidas as <u>prioridades para o orçamento da UE para 2023</u>, adotada uma <u>recomendação</u> sobre a quitação a dar à Comissão quanto à execução do orçamento da UE para 2020 e adotadas conclusões sobre os <u>créditos à exportação</u> e sobre a <u>aplicação do pacote de IVA para o comércio eletrónico</u>.



Videoconferência informal dos ministros da Saúde

Os ministros reuniram para <u>alcançar um acordo sobre uma resposta coordenada e inclusiva da UE às consequências sanitárias da guerra na Ucrânia</u>, debatendo questões como a evacuação médica e a prestação de cuidados a pessoas com ferimentos de guerra e a pessoas com doenças crónicas e o direito de acesso aos cuidados de saúde garantido pela Diretiva relativa à proteção temporária. Congratularam a criação do mecanismo de solidariedade da UE para facilitar a evacuação médica e concordaram na necessidade de dar prioridade às crianças doentes neste âmbito.

Videoconferência informal dos ministros da Educação

A reunião contou com a presença de Mariya Gabriel, Comissária Europeia da Inovação, Investigação, Cultura, Educação e Juventude, e focou-se na <u>resposta coordenada às crianças refugiadas</u> neste âmbito e à necessidade de coordenação europeia para promover o intercâmbio de boas práticas e dar uma resposta conjunta à escolarização das crianças ucranianas na UE, definindo três vertentes de trabalho: partilhar e agregar conteúdos educativos digitais; disposições comuns para acolher os alunos ucranianos; utilização das plataformas digitais existentes.

Conselho (Ambiente)

Foi realizado um debate sobre o <u>pacote Objetivo 55</u>, tendo sido adotada uma orientação geral sobre a proposta de regulamento que atualiza a legislação da UE em matéria de <u>baterias e seus resíduos</u> e realizada uma discussão sobre a <u>desflorestação e a degradação florestal</u>.

9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Os trabalhos da próxima semana no PE serão dedicados às reuniões das <u>comissões parlamentares</u> e à <u>sessão plenária em Bruxelas</u>, da qual se destaca:

- Como tornar a Europa independente do gás russo
- Medidas para garantir a segurança alimentar à luz da invasão russa da Ucrânia
- Resultados da cimeira de Versalhes e prioridades para o próximo Conselho Europeu
- Roaming: prorrogação do regime "itinerância como em casa" até 2032
- Acordos UE Brasil sobre a isenção de vistos
- <u>Sistema e-CODEX: modernizar a comunicação judiciária transnacional</u>



Comissão Europeia

A <u>próxima reunião</u> do Colégio será no dia <u>23 de março</u>, destacando-se o pacote de proteção da natureza - *Uso sustentável de pesticidas (revisão das regras da UE)* e *Proteção da biodiversidade: objetivos de restauração da natureza* - e *Alimentação acessível e rendimento agrícola justo: reforçando a resiliência do sistema alimentar da UE*

Conselho da União Europeia

O calendário completo está disponível, destacando-se:

- 21.03: <u>Conselho (Agricultura e Pescas)</u>; <u>Conselho dos Negócios Estrangeiros e Conselho dos Negócios Estrangeiros (Defesa)</u>
- 22.03: Conselho dos Assuntos Gerais
- 23.03: Cimeira Social Tripartida
- 24.03: Conselho Europeu, 24-25 de março

Bruxelas | 18 de março de 2022

Para mais informações: <u>Catarina Ribeiro Lopes</u>, Representante Permanente da AR junto da UE e <u>Bruno Dias Pinheiro</u>, Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores aqui (ARNet) ou aqui.